



# Prefeitura Municipal de São Vicente

DECRETO Nº 1.315

Lincoln Feliciano, Interventor Federal em São Vicente, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona a seguinte lei:

**Artigo 1º - As inumações serão feitas em sepulturas separadas.**

**Artigo 2º - As sepulturas serão temporárias ou perpétuas.**

**§ 1º - As sepulturas temporárias serão arrendadas pelo prazo de cinco anos, quando destinadas a pessoas maiores de 7 anos, e pelo prazo de três anos, quando destinadas a crianças até essa idade.**

**§ 2º - As sepulturas perpétuas terão a respectiva área de terreno concedida por aforamento, decorridos cinco anos do sepultamento.**

**§ 3º - Durante o período de tempo referido no parágrafo anterior, as áreas de sepultamento destinadas à perpetuidade pagarão taxa de arrendamento ou aluguel, segundo esta lei.**

**§ 4º - Durante o prazo de arrendamento, previsto no parágrafo anterior, fica o arrendatário obrigado a construir lápide ou mausoléu sobre a sepultura, não sendo permitida a concessão de aforamento sem o cumprimento dessa obrigação.**

**§ 5º - É facultado ao concessionário antecipar o aforamento, pagando, antes de vencido o prazo referido no parágrafo 3º, o respectivo foro, além da taxa de arrendamento.**

**§ 6º - Será emitido título de aforamento para cada sepultura em três vias, todas assinadas pelo concessionário e pelo Prefeito Municipal.**

**§ 7º - A segunda via do título de aforamento, contendo**

Revogada P/ Lei 329-A

130/66

Alterada P/ Lei 2273



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

LEI Nº 1 315

Fôlha 2

a averbação e o pagamento do fóro, será encaminhada à Diretoria da Despesa, permanecendo a terceira via arquivada na administração do cemitério.

§ 8º - Serão concedidas gratuitamente, por cinco anos, as sepulturas destinadas a indigentes adultos e, por três anos, às crianças até 7 anos, cujo sepultamento fôr promovido pelas autoridades policiais ou por serviço hospitalar gratuito.

§ 9º - É de cinco anos, para adultos, e de três anos, para crianças, o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações no mesmo jazigo.

§ 10 - As sepulturas temporárias não poderão ser perpetuadas, sendo permitido, todavia, a transladação dos restos mortais para sepultura perpétua.

Artigo 3º - Nenhum sepultamento poderá ser feito com mais de 12 horas após o falecimento, salvo determinação expressa do médico atestante, feita na declaração do óbito.

Artigo 4º - Não será feito sepultamento sem a apresentação de atestado de óbito, visado pelo oficial do registro civil, e inscrito no respectivo livro, devendo o interessado pagar, previamente, a taxa respectiva.

§ Único - O sepultamento poderá ser feito independentemente da apresentação da certidão do Registro Civil, quando fôr requisitado ao administrador do cemitério por autoridade policial ou judicial, as quais ficarão responsáveis pela posterior apresentação da prova legal do registro de óbito no cartório competente.

Artigo 5º - Os cadáveres serão enterrados em caixão e sepulturas individuais.



# Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.315

Página 3

**Artigo 6º - As áreas reservadas às sepulturas perpétuas terão as seguintes dimensões:**

**I - Para maiores de 7 anos: comprimento de 2,90 m (dois metros e noventa centímetros); largura, 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros);**

**II - Para menores até 7 anos: comprimento, 1,90m (um metro e noventa centímetros); largura, 1,10m (um metro e dez centímetros).**

**Artigo 7º - Os cemitérios públicos ou particulares serão divididos em quadros retangulares, e estes em ruas de largura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros) - segundo projeto aprovado pela Prefeitura.**

**§ Único - As quadras serão divididas em áreas de sepultamento, separadas por corredores de circulação com 0,50m no sentido da largura da área de sepultamento, e 0,80m no sentido do seu comprimento.**

**Artigo 8º - Os enterramentos em sepulturas sem urna - no poderão repetir-se de cinco em cinco anos, para maiores de 7 anos, e de três em três anos, para menores até essa idade.**

**Artigo 9º - Os concessionários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e - que forem necessários para a estética, segurança e higiene dos cemitérios.**

**§ 1º - Serão consideradas em ruínas e abandonadas, por ato do Diretor de Serviços Públicos, as sepulturas nas quais - não forem feitas as obras de reparação exigidas pelo administrador do cemitério, mediante convocação do concessionário, se**



# Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.315

Folha 4

ta por edital publicado na imprensa local.

§ 2º - Decorridos 30 dias da primeira publicação do edital, serão abertas as sepulturas e incinerados os restos mortais molas existentes.

Artigo 10 - O material retirado das sepulturas, abertos nas épocas aqui previstas, pertencem ao Município, não cabendo aos interessados direito de reaver sua posse.

Artigo 11 - Como homenagem pública excepcional, reconhecida por lei municipal, poderá ser concedida perpetuidade gratuita de enterro, sepultura ou cremação, a cidadãos cuja vida pública deve ser remunerada pelo povo, em virtude de relevantes serviços prestados à União, ao Estado ou ao Município.

§ Único - Correrá por conta do Município o encargo de solar e conservar os túmulos, ou sepulturas, das pessoas a que se refere este artigo.

Artigo 12 - Nenhuma cremação será feita antes de decorrido o prazo previsto no Artigo 2º, salvo em virtude de requisição, por escrito, de autoridade policial ou judiciária ou mediante licença do Departamento Estadual de Saúde.

Artigo 13 - Os sepultamentos serão efetuados todos os dias, no horário normal de funcionamento do cemitério, estabelecido nesta lei.

§ Único - No caso de sepultamento fora do horário normal de funcionamento do cemitério, será cobrada, do responsável, importância correspondente a um dia de salário dos operários incumbidos do sepultamento, devendo essa quantia ser paga aos mesmos mediante recibo que ficará arquivado na administração do cemitério.



# Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.315

Folha 5

**Artigo 14 - Nos cemitérios haverá um depósito geral para os ossos provenientes das exumações.**

**§ 1º - Sempre que houver transferência de ossos para o depósito, será essa ocorrência registrada no livro de sepultamento do cemitério, em relação a cada pessoa - cujos restos tiverem sido exumados.**

**§ 2º - Os ossos existentes no depósito serão periodicamente incinerados.**

**Artigo 15 - No cemitério mantido pelo Município, haverá, ainda, nichos para depósitos de ossos retirados das sepulturas, sendo esses nichos alçados mediante o pagamento antecipado da taxa a ser instituída pelo Executivo.**

**§ 1º - Os nichos terão as dimensões de 0,70m (noventa centímetros) por 0,40m (quarenta centímetros), e serão fechados com parede de tijolo imediatamente após a colocação dos ossos, sendo essa parede coberta por uma lâmina contendo os dados que deverão o concessionário.**

**§ 2º - A lâmina será feita em granito ou mármore, com os dados inscritos em relevo, por gravação ou a ty ril, de maneira a assegurar que não venham a se apagar com o decorrer dos anos.**

**§ 3º - A ocupação do nicho com os ossos só será permitida se o concessionário apresentar, previamente, a lâmina, confeccionada segundo modelo adotado pela Prefeitura, que regulamentará os tipos-padrão.**

**§ 4º - Cada nicho terá o respectivo número, correspondente ao registro, que constará da placa metálica a**



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

LEI Nº 1 315

Fôlha 6

aplicada sôbre o mesmo e cujo custo será cobrado ao concessionário pelo preço da aquisição.

Artigo 16 - Cada sepultura será assinalada por uma placa numérica de metal, que será paga pelo concessionário pelo seu preço de aquisição, juntamente com as taxas de sepultamento.

Artigo 17 - As construções de Mausoléus só poderão ser executadas à vista de requerimento do concessionário, devidamente acompanhado de memorial descritivo das obras e do respectivo projeto, em duas vias, uma das quais, depois de aprovada, será devolvida ao interessado.

§ Único - Sempre que julgar necessário, a Prefeitura exigirá que as construções sejam executadas por construtores legalmente habilitados.

Artigo 18 - A Prefeitura deixa as obras de embelezamento e melhoramento das concessões, tanto quanto possível, ao gosto dos concessionários, reservando-se, porém, o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais à boa aparência do cemitério, à higiene e à segurança.

Artigo 19 - Todas as construções estão sujeitas à fiscalização da Prefeitura, que poderá suspendê-las ou embargá-las quando considerar que ferem dispositivos legais.

Artigo 20 - Nenhuma obra de arte ou alvenaria poderá ser feita nos carneiros ou sepulturas de concessão perpétua ou temporária sem licença da Prefeitura.

§ 1º - Sôbre as sepulturas perpétuas só serão permitidas construções com pedras de granito, mármore, azulejo, pedras trabalhadas e pastilhas.



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

LEI Nº 1315

Fôlha 7

§ 2º - Não será permitida a realização de nenhuma obra durante o período compreendido entre 25 de outubro a 3 de novembro de cada ano.

§ 3º - Nenhum material poderá ser acumulado no recinto dos cemitérios, para a construção de mausoléus e outras obras em carneiros e sepulturas.

§ 4º - Os concessionários são responsáveis pela limpeza e desobstrução do local, após o término das obras, não sendo permitido o acúmulo de material nas vias principais de acesso das quadras nem o preparo de pedras ou outros materiais, para a construção no recinto dos cemitérios.

Artigo 21, - No ato do pagamento da taxa de arrendamento da sepultura perpétua, será cobrada do concessionário - importância correspondente ao custo das despesas de ladrilhamento ou calçamento relativa à metade da área dos corredores de circulação em que estiver situada a sepultura.

§ Único - A obra referida no presente artigo será executada pela administração do cemitério dentro de 60 dias - após o sepultamento, podendo ser empreitada com terceiros mediante autorização escrita do Prefeito, observados os preços unitários estabelecidos pelo Departamento de Engenharia e Planejamento.

Artigo 22 - Os mausoléus e lápides não poderão ocupar espaço superior aos das respectivas sepulturas.

Artigo 23 - As licenças para pequenas obras sobre covas rasas, e carneiros, de simples embelezamento ou caráter permanente, serão gratuitamente.

Artigo 24 - O cemitério do Município terá caráter secular, e, de acordo com o Art. 141, § 10, da Constituição



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

LEI Nº 1315

18ma 0

Federal, será administrado e fiscalizado diretamente pela Prefeitura.

§ 1º - É permitido a irmandade ou organizações religiosas manter cemitérios, uma vez satisfeitas as exigências das leis municipais e as prescrições regulamentares do Departamento Estadual de Saúde.

§ 2º - Os cemitérios referidos no parágrafo anterior somente poderão funcionar mediante prévia autorização da Prefeitura, e do Departamento Estadual de Saúde.

Artigo 25 - O cemitério estará aberto para o público, diariamente, das 8 às 12 e das 13 às 18 horas.

Artigo 26 - O cemitério mantido pelo Município terá policiamento diurno e noturno, que será feito por servidor municipal ou da polícia.

Artigo 27 - O concessionário de sepultura ou enterro não poderá dispor de sua concessão, seja qual for o título, ressalvados os casos decorrentes do direito de usucapão legítima até o terceiro grau.

§ Único - Falecendo o concessionário de enterro ou sepultura, sem deixar herdeiros, a propriedade dos respectivos terrenos reverterá à municipalidade, com as obras nelas existentes, sendo, entretanto, tudo conservado no estado em que estiver.

Artigo 28 - São proibidas, no recinto do cemitério, reuniões tumultuosas e bem assim tirar ou tocar em objetos depositados nas sepulturas, vender alimentos ou praticar qualquer outro ato de comércio.

Artigo 29 - Os cemitérios particulares, autorizados -





# Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.315

Página 9

por lei, deverão ter molador responsável pela sua higiene, limpeza e escrituração de seus livros e registros.

§ Único - Os cemitérios de que trata este artigo ficam submetidos à superintendência do administrador do cemitério municipal, quanto ao cumprimento das prescrições legais sobre enterros, exumação, medidas de higiene, ordem pública, segurança, registro e escrituração.

Artigo 30 - Além dos demais registros que se fizerem necessários, os cemitérios municipais manterão os seguintes:

I - registro de sepultamentos, contendo: número de ordem, nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido; data e lugar do óbito; número do registro - do cartório competente; número da quadra e da sepultura; epítáfio e sepultura (temporária ou perpétua); data e motivo da exumação; pagamento de taxas e emolumentos devidos ao Município; número de data do talão e importância paga; outros esclarecimentos;

II - registro de sepultura perpétua, contendo: número de ordem, número do registro de sepultamento; data do sepultamento; nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido, número da quadra, número da sepultura; nome do concessionário; pagamento do foro; número e data do talão e importância paga; outros esclarecimentos;

III - registro de nichos, contendo: número de ordem; número do registro de sepultamentos; data do sepultamento; nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido; número da quadra, número da sepultura; data da exumação; nome do concessionário; pagamento; número e data do talão e quantia paga; outros esclarecimentos.



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

LEI Nº 1.313

1966 - 10

§ Único - Os cemitérios particulares são obrigados a manter, pelo menos, o "Registro de Sepultamentos".

Artigo 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, -  
Célula Mater da Nacionalidade, em 20 de dezembro de 1966.

Lincoln Policiano

Interventor Federal